FOLHA DE S.PAULO

Publi

Cân



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), conversa com José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Casa Pedro Ladeira/Folhapress

Congresso aprova PEC de Haddad para cortar gasto, mas enfraquece medidas

Parlamentares afrouxam comando para combater supersalários, alteram pacote para blindar emendas contra bloqueios e derrubam boa parte das mudanças no BPC

Idiana Tomazelli, Victoria Azevedo e Thaisa Oliveira

BRASÍLIA O Congresso aprovou a PEC (proposta de emenda à Constituição) que integra o paco-te apresentado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para cortar gastos. Apesar do avanço des-se e de outros textos, como o pro-jeto que desacelera o crescimen-to do salário minimo, diferentes pontos do plano passaram por mudanças que diminuem a eco-nomia para os cofres públicos. Os parlamentares blindaram

emendas obrigatórias contra blo queios, afrouxaram o comando para combater supersalários, derrubaram boa parte das mu-danças no BPC (Benefícios de Prestação Continuada) e exclu-fram a medida que permitiria à União reduzir os repasses futuros ao FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal). Mesmo com as concessões, o

governo precisou reforçar a articulação, destacar uma tropa de ministros para mobilizar as bancadas e acenar com a liberacão de emendas extras para conseguir o apoio necessário para o pacote avançar ainda neste ano. Nesta quinta-feira (19), Câma-

ra e Senado aprovaram a PEC que contém mudanças no abono sa-larial e em verbas da educação e também o projeto de lei comple-mentar que cria novos gatilhos de ajuste no arcabouço fiscal. Além disso, a Câmara aprovou o pro-jeto de lei que altera regras do BPC e limita o ganho real do sa-lário mínimo — este ainda preci-sava do aval do Senado, que deve votar a medida nesta sexta (20).

Pilar central do pacote, o limite ao ganho real do salário míni-mo representa um recuo de Lula na política da valorização que seu

próprio governo implementou. A nova regra prevê que o ga-nho real do piso, acima da inflacão, continuará atrelado ao cres cimento do PIB de dois anos an-tes, mas não poderá superar a correção do limite do arcabou-

co fiscal —de 0,6% a 2,5% ao ano. No fim das contas, o pacote acabou recebendo apoio sufici-ente dos parlamentares. A PEC passou na Câmara com folga em relação ao mínimo necessário. O placar foi de 348 a 146 no segun-do da Câmara e de 55 a 18 na votação decisiva do Senado.

Já a proposta que mexia no mí-nimo e no BPC teve o aval de 264 deputados, e outros 209 foram

deputados, e outros 209 foram contra. O governo precisava do apoio da maioria dos presentes. O avanço do pacote se deu após momentos de preocupação de aliados governistas. Pela manhā, lideranças reconheciam que ainda não havía votos necessários. Momentos antes do anúncio do servidado de lideres partidários ainresultado, líderes partidários ain-da admitiam o receio de que o quorum não fosse atingido.

Durante o processo de votação, foi possível ver o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), dire-to da Mesa Diretora disparando ligações —num indicativo de que houve uma operação para ten-tar garantir os votos necessários. Desde quarta (18) havia temor

de que o Executivo não teria o apoio necessário para garantir a aprovação. A votação precisou ser adiada diante do risco de derrota.

Diante desse cenário. Lira editou um ato para permitir que de-putados fora de Brasília pudes-sem votar e avisou que quem não votasse teria desconto no salário

Apesar do avanço, o pacote fi-cou mais magro. Na PEC, por

Imposto global de 15% para múltis vai para sanção

O plenário do Senado (18) projeto de lei que cria no país o chamado imposto mínimo global, medida que visa garantir tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros de multinacionais.

O PL foi aprovado

de forma simbólica (ou seja, sem a contagem de votos no painel), um dia depois da aprovação pela Câmara. Como os senadores mantiveram o que havia sido proposto pela Câmara, o texto será enviado agora à sanção do presidente da República

Para garantir a efetividade da alíquota, o projeto propõe um adicional à CSLL. Essa tributação será aplicada a empresas que tiverem receitas anuais de € 750 milhões (R\$ 4,8 bilhões) em pelo menos 2 dos 4 anos fiscais imediatamente anteriores ao

exemplo, o governo sofreu revés na tentativa de impor um coman-do mais forte para extinguir bre-chas que permitem supersalários

na administração pública. A PEC previa que uma lei com-plementar tratasse das verbas que podem ficar fora do teto re-

muneratório, hoje em R\$ 44 mil mensais na esfera federal. O relator do texto na Câmara, deputado Moses Rodrigues (União Brasil-CE), enfraqueceu o dis-positivo. Ele previu que a regu-lamentação será feita por lei or-dinária —que requer quórum menor e pode ser alvo fácil de fle xibilizações. O instrumento tam-bém pode ser contornado por re-soluções do CNJ (Conselho Naci-

onal de Justiça), que têm status de lei ordinária. Desde o envio da PEC, inte-grantes do Judiciário deflagraram uma ofensiva para enfraquecer as medidas. Eles pressionavam por uma regra transitória e pelo afrouxamento para lei ordinária.

A PEC também muda o crité-rio de concessão do abono sala-rial (espécie de 14º pago a parte dos trabalhadores com carteira assinada). O texto prevê que, pa-ra os trabalhadores que recebe-rão o benefício em 2025, será elegível quem recebia o equivalente a dois mínimos do ano-base (nes-te caso, 2023). O valor equivalen-te seria o de R\$ 2.640. A partir de 2026, esse valor será corrigido pe lainflação, até travar em patamar equivalente a 1,5 mínimo. Do ponto de vista fiscal, ain-

da não está claro quanto do im-pacto de R\$ 71,9 bilhões espera-do em dois anos já se perdeu pe-lo caminho. Só a derrubada das alterações no FCDF tira R\$ 2.3 bilhões desse valor, sem contar as demais desidratações.

Desidratação no pacote de Haddad*

EMENDAS PARLAMENTARES

Câmara deu aval para bloqueio de apenas parte delas para cumprir os limites do arcabouço fiscal, não todas, como propôs o governo

 Relator derrubou as regras que restringiam o acúmulo de benefícios, ampliavam o conceito de família para o cálculo da renda e dificultavam a concessão do benefício. A mudança no critério de deficiência també m saiu do parecer, mas o relator inseriu outros dois artigos que condicionam o benefício à avaliação que ateste deficiência de grau moderado ou grave

ECDE (FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL)

Foi retirada a medida que permitiria à União reduzir os repasses futuros ao fundo, o que permitiria economia de R\$ 2,3 bilhões dos R\$ 71,9 bilhões esperados em dois anos com o pacote como um todo

SUPERSALÁRIO

 O texto original do governo previa a regulamentação do tema por lei complementar. mas o relator alterou para lei ordinária —que requer quórum menor. O instrumento também pode ser contornado por resoluções do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

FUNDEB (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA)

 O governo havia proposto uma fatia de 20% de complementação da União ao fundo, que renderia uma economia de R\$ 10.3 bilhões até 2026. O relator reduziu o percentual para 10% e cita apenas o ano de 2025

ORÇAMENTO

Relator excluiu revogação da obrigação do governo em executar os programas previstos no Orçamento, eliminando o poder de a equipe econômica fazer contingenciamentos preventivos para cumprir o centro da meta fiscal

FUNDOS PÚBLICOS

 Câmara permitiu desvincular recursos de cinco fundos públicos para abater dívidas do governo —a versão original continha oito fundos

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

parlamentares tiraram a possibilidade de governo limitar o uso de créditos tributários para abater tributos em caso de déficit nas contas a partir de 2025

* Até a conclusão deste texto

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 11